

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

de 20 DE MAIO DE 2020

Antes da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral colocou à consideração de todos a aprovação de um voto de louvor à comunidade educativa, nomeadamente ao Diretor e respetiva equipa de trabalho, aos professores, ao pessoal não docente e aos alunos pelo modo como foram organizadas as reuniões de avaliação do segundo período bem como pelo regresso dos alunos dos 11.º e 12.º anos às atividades letivas presenciais de forma segura.

O representante dos encarregados de educação, Alexandre Trigo, sugeriu que, neste louvor fossem também incluídos os pais e encarregados de educação.

O Diretor do Agrupamento, Fernando Almeida, declarou que na sua opinião, todos se empenharam e mencionou também o importante papel da Autarquia enquanto parceira do Agrupamento.

O Presidente do Conselho Geral propôs a aprovação do voto de reconhecimento a todos os mencionados. Este reconhecimento foi aprovado por unanimidade.

Ordem de trabalhos:

1- Aprovação da ata da reunião anterior;

2- Acompanhar a aplicação do Plano de Ensino à Distância e o regresso dos alunos dos 11.º e 12.º anos às atividades letivas presenciais;

3- Aprovar o mapa de férias do diretor;

4- Outros assuntos.

1- Aprovação da ata da reunião anterior

Aprovada por unanimidade dos presentes na reunião anterior.

2- Acompanhar a aplicação do Plano de Ensino à Distância e o regresso dos alunos dos 11.º e 12.º anos às atividades letivas presenciais

O Presidente do Conselho Geral deu algumas informações sobre a aplicação do Plano de Ensino à Distância referindo que, no início deste processo, havia um número significativo de alunos a quem faltava computador ou internet, alunos com dificuldade em aceder ao ensino à distância, e mesmo tendo-se atenuado algumas dificuldades, outras foram surgindo. Passou a palavra ao Diretor do Agrupamento que fez uma resenha do processo, mencionando os constrangimentos e dificuldades registadas neste processo e as soluções encontradas para os ultrapassar.

O Diretor do Agrupamento, Fernando Almeida, fez o enquadramento desta mudança repentina que suscitou dois problemas: os meios tecnológicos e internet e o domínio das novas tecnologias. Relativamente ao primeiro, o agrupamento articulou-se com a autarquia e, relativamente ao segundo, constituiu-se uma equipa de apoio, por parte daqueles que dominavam as tecnologias, e cujos contactos foram dados a todo o corpo docente. O que o preocupava mais era o ensino profissional cujas regras são diferentes e no qual há um número de horas que têm de ser indubitavelmente lecionadas. O POCH estabeleceu as regras, os diretores de curso foram informados e não se perderam aulas. Também o Plano de ensino à distância tinha que ser dinâmico e aberto sem condicionar a autonomia pedagógica dos

docentes. A medida do regresso dos alunos dos 11.º e 12.º anos às atividades letivas presenciais, determinou que os professores que davam essas disciplinas em regime presencial não as dariam à distância. Foram criadas todas as condições para dar confiança aos alunos, pais e professores e garantir as condições de segurança. Foi dada a possibilidade aos Encarregados de Educação e aos pais que considerassem que não havia segurança, pudessem justificar as ausências dos seus educandos / filhos nessas aulas. Os horários foram organizados de modo a que concentrassem o maior número de aulas no menor número de dias, escolheram-se as salas maiores, fez-se a limpeza e desinfeção adicional a toda a escola, tendo sido dada formação por militares aos assistentes operacionais, e distribuíram-se equipamentos de proteção individual. Após reunião entre os diretores dos agrupamentos, autarquias e a CIM-TTM, foi possível concertar os horários dos transportes com os horários dos alunos.

O Conselheiro, Alexandre Trigo, questionou o Diretor do Agrupamento sobre os critérios de avaliação a adotar na avaliação final do 3º período, para os alunos do 11º e 12º ano que passaram a partir do dia 18 de maio a frequentar as aulas, relativamente àqueles alunos que tomaram por opção não voltar à escola.

O Diretor do Agrupamento, Fernando Almeida, explicou que como regra, estabelecida no Conselho Pedagógico, nenhuma classificação deverá ser inferior à classificação do segundo período. Tudo o que acontecer no terceiro período servirá como elemento adicional de avaliação. Quem não vai à escola, não será, no entanto, penalizado.

O Conselheiro, Alexandre Trigo, salientou que o ensino à distância permite aos encarregados de educação de forma direta e indireta, ao ter que acompanhar os seus educandos nas diversas plataformas informáticas, escrutinar o trabalho e o desempenho de cada professor. Frisou também que é de louvar que todos os docentes utilizem a plataforma Zoom, ou outra idêntica, para as aulas síncronas permitindo que os docentes e alunos mantenham o contacto visual. Chamou atenção para que alguns professores usem de bom senso para a quantidade de trabalhos e tarefas que são mandadas realizar, devendo ser respeitados os horários escolares e os períodos de estudo dos alunos. Lembra ainda que existem algumas dificuldades na marcação de aulas síncronas, sobretudo os professores que utilizam um e-mail da turma e sugere que estes tenham em atenção aquando do envio de emails o modo Bcc em cumprimento do RGPD.

O Diretor do Agrupamento, Fernando Almeida, informou, ainda, que acabara de assinar a adjudicação de serviços a uma empresa de informática que vai garantir emails a todo o pessoal docente, não docente e alunos, com eventual criação de grupos, para deixarem de ser utilizados os emails pessoais. Esta situação vai ser implementada no próximo ano letivo.

O Conselheiro, Vítor Sil, diz que não considera isto ensino à distância, mas sim, ensino remoto de emergência no qual existem três vertentes permanentemente online: os alunos, os professores e os encarregados de educação. Afirma, também, que, no agrupamento, se tem registado a preocupação de chegar àqueles que tecnologicamente têm maiores dificuldades, realidade que, ao contrário do que se possa pensar, não abrange só alunos, mas também professores.

O representante da autarquia, Abílio Evaristo, disse que tem havido uma grande articulação do agrupamento com o município. Destaca o papel dos técnicos municipais de combate ao insucesso escolar que fizeram a triagem das dificuldades apresentadas pelo agrupamento. Mencionou os equipamentos que foram cedidos pelo município e o facto dos técnicos do

município os terem equipado com todas as plataformas necessárias, bem como, o facto de terem sido disponibilizados os serviços das Juntas de freguesia para fazer chegar as matérias e as tarefas a todos aqueles que não tivessem recursos informáticos.

O Conselheiro, Alexandre Trigo, interveio para informar que teve conhecimento que a Junta de Freguesia de Vale Frechoso não está a fazer a entrega das tarefas aos alunos e dos trabalhos dos alunos à escola.

O representante da autarquia, João Valério, subscreveu as palavras do Diretor do Agrupamento e afirmou que mesmo como representante da autarquia não pode deixar de sentir como professor. Ele próprio fez chegar aos professores um manual de boas práticas do Zoom. Relativamente ao tempo de realização de algumas tarefas diz que tem verificado que alguns alunos, mesmo quando lhes são dados vários dias para as realizarem, estes não as fazem, afirmando que há casos e casos.

3 – Aprovar o mapa de férias do Diretor;

Aprovado por unanimidade dos presentes, o mapa de férias do diretor Agrupamento, Fernando Almeida, de três de agosto a trinta e um de agosto de dois mil e vinte.

4 – Outros Assuntos;

Nada houve a tratar.

Vila Flor, 20 de maio de 2020.

A secretária

Paula Maria Teixeira Ferreira